



**AUTÓGRAFO Nº 112, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018**

Autoriza o Município a proceder à extinção de débitos tributários e não tributários pelas modalidades de Compensação e Dação em Pagamento.

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA.** Faço saber, em cumprimento ao disposto no Art. 182 do R. I. da Casa, que o Poder Executivo propôs e a Câmara Municipal de Uruguaiana aprovou a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Município autorizado a proceder à extinção de débitos tributários e não tributários com o Município, dos contribuintes inscritos ou não em dívida ativa, ajuizadas, através das modalidades de Compensação e Dação em Pagamento.

**Art. 2º** A modalidade de extinção pela Dação em Pagamento seguirá conforme descrito:

I – o interessado em promover a dação em pagamento com débitos tributário e não tributários, deverá juntamente com o requerimento, conter:

- a) Registro de Imóveis atualizado, válido até trinta dias, do imóvel que será ofertado ao município;
- b) espelho do cadastro imobiliário, junto ao município;
- c) comprovante de inscrição do Cadastro Pessoas Físicas – CPF ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, quando for o caso;
- d) RG e CPF do representante da Pessoa Jurídica, quando for o caso;
- e) valor da Proposta inicial do imóvel;
- f) avaliação de três engenheiros/arquitetos ou três Corretores de Imóveis devidamente registrados nos seus respectivos Conselhos de Classe; e
- g) o município poderá solicitar outras informações ao interessado, se necessário.

II – os imóveis recebidos em Dação em Pagamento poderão ser vendidos, através de licitação ou Leilão público nos parâmetros da Lei, ficando ressalvado o direito de incorporação ao patrimônio municipal de bens que pela sua característica e destinação atende necessidade do interesse público;

III – fica proibido, no instituto de Dação em Pagamento o recebimento de bens móveis perecíveis que não sejam apropriados ao uso e a destinação pública;

IV – o requerimento será analisado por comissão específica entre os servidores municipais para esse fim, nomeada pelo Executivo Municipal; e

V – os imóveis ofertados em dação em pagamento serão encaminhados para Comissão de Avaliação de Bens Imóveis do município.

§1º A aceitação da dação em serviço é discricionária da Administração Pública, devendo sempre ser motivada.

§ 2º No caso de dação de bens móveis, seu valor não poderá ser superior ao valor de mercado de produto similar, mediante a apresentação de três orçamentos, nenhum inferior ao valor pago pela Administração na última licitação realizada para bem similar, corrigido pelo Índice Geral de Preço do Mercado – IGP-M.

**Art. 3º** A modalidade de extinção pela Compensação seguirá conforme descrito:



I – o interessado que possuir crédito líquido e certo com o município poderá promover a compensação com débitos tributários e não tributários, deverá juntamente com o requerimento, conter:

- a) comprovante de inscrição do Cadastro Pessoas Físicas – CPF ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, quando for o caso;
- b) comprovante de endereço;
- c) RG e CPF do representante da Pessoa Jurídica, quando for o caso;
- d) espelho do cadastro imobiliário, junto ao Município, quando necessário;
- e) indicação e Comprovação da natureza do crédito; e
- f) o Município poderá solicitar outras informações ao interessado, se necessário.

**Art. 4º** A modalidade descrita no artigo 3º desta Lei deverá ser utilizada somente para abatimento de débitos em nome do próprio interessado.

§ 1º As extinções expressas nessa Lei dar-se-ão com parecer fundamento do ente municipal e homologado pelo responsável da pasta.

§ 2º Considerando o relevante interesse público para a extinção de débitos tributários e não tributários, através de compensação de créditos, fica autorizada a inversão cronológica no pagamento das obrigações incluídas nos processos administrativos correspondentes.

**Art. 5º** Quando os débitos estiverem ajuizados, os honorários de sucumbência não serão objetos de compensações ou dação em pagamento.

Parágrafo único. O interessado deverá recolher os honorários de sucumbência e apresentar junto a Procuradoria do Município para extinção do processo judicial.

**Art. 6º** No cumprimento do inciso II do artigo 2º, desta Lei, a Secretaria de Administração designará, nos termos do artigo 53 da Lei n.º 8666/1993, servidor que realizará leilão dos bens recebidos, desde que não considerados de desinteresse público no processo administrativo originário.

**Art. 7º** Fica revogada a Lei n.º 2.780, de 15 de dezembro de 1997.

**Art. 8º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Uruguaiana, em 13 de dezembro de 2018.

Ver. IRANI COELHO FERNANDES  
Presidente

À sanção do Poder Executivo.  
Data supra.

Ver.ª JOSEFINA SOARES BRÜGGEMANN  
1ª Secretária